

Prioridades para a agricultura brasileira

Reinhold Stephanes¹

O agronegócio brasileiro atravessa um período animador, favorecido por boas condições climáticas e recuperação das cotações de algumas commodities, e se prevê safra recorde de grãos. São fatores que contribuem para que, após 2 anos consecutivos de colheitas ruins, os produtores voltem a ter ganhos reais de renda. No entanto, mesmo em rota positiva, uma safra boa será insuficiente para recuperar a perda do setor. Contudo, sem dúvida, já é um bom começo.

É fundamental a compreensão de que o Brasil continuará a ser um dos grandes pólos globais de produção primária, se tomarmos medidas adequadas para resolver situações que ainda nos tornam vulneráveis, como os registrados nas áreas de sanidade animal e vegetal, do meio ambiente e do comércio externo. Mesmo que sejam ocorrências isoladas, dão margem aos nossos competidores de nos impor restrições, que vão desde taxas, sobretaxas a barreiras sanitárias, com intuito claro de frear a expansão do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Na área de defesa sanitária animal e vegetal, as ações de fiscalização e controle se impõem pela importância das carnes no mercado brasileiro e internacional. Em 2006, o Brasil exportou 2,1 milhões de toneladas de carne bovina; 2,5 milhões de toneladas de carne de aves; e 640 mil toneladas de carne suína, orçados R\$ 8,6 bilhões de dólares.

Há mais de 30 anos, participei do início da implantação de programas de combate à febre aftosa, e tenho a convicção de que o setor preci-

sa ser reforçado, aportando melhor estrutura e mais recursos. Mas, também, são necessárias ações relacionadas à questão da segurança nas fronteiras, uma vez que há situações indefinidas em alguns países vizinhos. A saída é procurar atuar em parceria.

Conjuntamente, novos desafios despontam na área da agroenergia. A promoção do metanol, etanol e dos biocombustíveis deve ser vista como uma necessidade para gerar crescimento de emprego e renda com sustentabilidade e a continuidade da produção de alimentos para o mercado interno e externo. Afinal, é inviável crescer causando danos ao meio ambiente e desconhecendo o clamor da sociedade para reverter o aquecimento global. Nesse caso, note que os *trade offs* se tornam mais complexos.

É evidente que a produção de etanol possui tecnologia que o Brasil desenvolveu e domina, fazendo com que o País se destaque nos fóruns internacionais. Mesmo assim, aumentar a produção requer muito cuidado. Nosso plano estratégico deve compatibilizar com clareza o cuidado com o meio ambiente e isso significa a abertura de novas frentes, em áreas degradadas, ou seja, sem desmatamento. Esse tem de ser o compromisso dos governos e dos produtores.

Hoje, uma das soluções que se apresenta para atenuar os impactos ao meio ambiente é a maior eficiência no plantio e nos tratamentos, culturais com mínimo uso de agrotóxicos. Nos últimos 16 anos, a produtividade da agricultura brasileira avançou significativamente. Na produção de

¹ Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

grãos, o aumento foi de 121 %, com o crescimento de área plantada de 21 %. Ainda é possível melhorar esses índices e parece ser o caminho a ser seguido, pois, certamente, é o menos danoso.

Sem dúvida, o uso dos transgênicos é um dos pontos mais sensíveis na discussão sobre o aumento da produção em todo mundo. O Brasil tem uma lei de biossegurança e uma comissão, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que trata dessas questões. É dentro desses limites que uma política de governo pode existir e a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é cumprir a determinação legal.

O crescimento da agricultura está atrelado, ainda, a uma definição sobre a política de juros para o crédito rural. O clamor dos produtores pela redução das taxas é justificado para viabilizar a competitividade com a tecnologia no campo. O mercado sinaliza para a necessidade de se reduzir em 3 % o índice que é praticado atualmente. Os juros que temos hoje, de 8,75 %, remontam a uma época de alta inflação em que a taxa básica - Selic - estava em mais de 20 % e a inflação

girava em torno de 6 % a 8 %, ao ano. Graças aos esforços do governo federal, a redução desses índices já foi repassada a outros setores da economia. Está mais do que na hora de se chegar ao agronegócio.

O endividamento do setor rural e a taxa de juros agrícolas, frente à queda da inflação e da taxa Selic, fazem parte de uma agenda de prioridades da minha gestão no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dessa, além das questões já apresentadas, consta, também, a agregação de valor aos produtos agrícolas; a consolidação da política de garantia dos preços mínimos e seguro rural; a infra-estrutura e as negociações internacionais focadas na liberação do comércio agrícola mundial.

A agricultura sempre demonstrou grande eficiência dentro das propriedades. Contudo, os problemas, geralmente, começam da porteira para fora. As instituições e seus técnicos que têm responsabilidade com o desenvolvimento rural devem, a cada dia, se questionar sobre como podem contribuir para resolvê-los? Afinal, quem produzem são os agricultores e cabe a nós facilitar-lhes essa tarefa.